

REFLEXÕES ACERCA DA ADEQUAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SALVADOR-BA

João Marciano de Sousa Neto¹

Nadja Maria de Jesus Amado²

RESUMO

O presente artigo relata a experiência do processo de adequação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma Escola da Rede Pública Municipal de Salvador-Bahia. Em observância a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Nº 34 de 06/12/2022, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) estabeleceu diretrizes para adequação dos PPP dos estabelecimentos integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Salvador. A adequação do PPP é uma exigência da Lei Nº 9.394/1996 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao enfatizar que as propostas pedagógicas orientadas para o desenvolvimento de competências. Com as ações instituídas pela SMED, por meio da Gerência Regional de Educação (GRE), a Escola aderiu ao movimento de adequação do PPP a partir de julho de 2024, com a participação em encontros e criação do Comitê Escolar para elaboração de um Plano de Ação e escrita do PPP da Escola. Adotamos um conjunto de métodos e técnicas que se articulam com as metodologias participativas, ao considerar os atores envolvidos como agentes ativos para colaboração em aspectos comuns. Privilegiou-se o diálogo com a comunidade escolar, o diagnóstico da realidade atual, caracterização social, econômica, étnica e cultural da comunidade; os indicadores educacionais, missão, valores e princípios educacionais, considerando a história e identidade da escola. Dentre os elementos da estrutura do novo PPP, destaca-se a atualização de princípios filosóficos, objetivos educacionais, fundamentos teórico-metodológicos, definição da linha pedagógica, organização curricular e do trabalho pedagógico e avaliação da aprendizagem. Como resultado da adequação do PPP, elaborou-se um Plano de ação para implementação com metas relacionadas às dimensões da gestão participativa, além de procedimentos de acompanhamento e avaliação do PPP. Palavras chave: Projeto Político Pedagógico; Adequação; Implementação.

INTRODUÇÃO

A educação constitui-se como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano e construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Historicamente, a escola tem assumido um papel crucial como espaço de socialização e formação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

Com a dinâmica de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, bem

¹ Doutor em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia (UFBA); Centro de Referência do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (CEMITec); joao.sousa@enova.educacao.ba.gov.br

² Doutora em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia (UFBA); Centro de Referência do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (CEMITec); nadja.jesus@enova.educacao.ba.gov.br



como os avanços científicos e tecnológicos, as instituições educativas são desafiadas a efetivarem processos formativos que assegurem além do acesso, a permanência e a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos ao longo de suas vidas.

Nesse contexto, é imprescindível discutir o papel da educação na sociedade, em especial o atendimento aos beneficiários da política educacional desempenhada pela escola, por meio da aplicabilidade do seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Considerando que o PPP da escola encontrava-se desatualizado, buscou-se avaliar as práticas pedagógicas e a aplicabilidade do currículo em articulação com as diretrizes e orientações pedagógicas vigentes para atualizar o documento existente. Neste sentido, este artigo apresenta reflexões acerca da importância do PPP e a participação dos atores escolares no processo de atualização deste documento norteador da prática educativa em uma Escola da Rede Pública Municipal de Salvador-Bahia.

O objetivo principal é analisar a experiência de adequação do PPP na perspectiva da oferta de uma educação de qualidade socialmente referenciada, com vistas à materialização da função social da escola e efetividade do processo de ensino e aprendizagem voltados à formação de cidadãos conscientes e críticos.

Mais que isso, corroboramos com Veiga (1998), ao afirmar que a principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico se configura pela relativa autonomia da escola em reafirmar a sua própria identidade, configurando-se como espaço público, lugar de debate e diálogos, fundamentado na reflexão coletiva. De outra parte, é preciso entender que a adequação do PPP possibilita inovações e novas intervenções acerca da práxis educativa desenvolvida e a reorganização dos processos escolares, ao incluir novas dinâmicas para as dimensões pedagógica e administrativa da escola.

Este trabalho encontra-se dividido em quatro tópicos: no primeiro, apresentam-se os sujeitos participantes, estratégias de mobilização e coleta de dados; no segundo, a definição da linha pedagógica; no terceiro, a estruturação e adequação PPP e por último, as considerações finais.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de caráter descritivo e analítico, para investigação da adequação do PPP, em observância à legislação vigente. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite compreender significados e percepções dos sujeitos, além de analisar documentos e práticas sociais em sua complexidade.



O estudo teve como base a legislação nacional e municipal, a saber: a Constituição Federal de 1988, Art. 205, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), especialmente os artigos 2º e 12, que definem princípios, fins da educação e responsabilidades das escolas; bem como a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Salvador nº 34/2022, que estabelece diretrizes para a adequação dos PPP. Como destaca Saviani (2008), a legislação educacional constitui-se, além do marco normativo, orientações para os processos pedagógicos na direção de uma escola democrática e inclusiva.

Com a análise documental, considerou-se o PPP anterior, buscando avaliar lacunas e a necessidade de adequação aos dispositivos legais vigentes. Gil (2017) ressalta que a análise documental configura-se como procedimento essencial para compreender a realidade a partir de registros existentes, possibilitando comparações e diagnósticos.

Foram utilizados instrumentos de coleta de dados junto aos segmentos escolares, por meio da aplicação de questionários online (*Google Forms*) e impressos, bem como depoimentos e narrativas, com o intuito de identificar percepções sobre o PPP. Também foram consultados jornais, reportagens e vídeos que contextualizaram iniciativas e práticas pedagógicas articuladas aos elementos e itens da estrutura do PPP, possibilitando ampliar a compreensão acerca do objeto de estudo.

A revisão bibliográfica foi realizada com base em autores que discutem o PPP, tais como Veiga (2003), que o compreende como instrumento de gestão democrática, e Libâneo (2013), que enfatiza seu papel na organização do trabalho pedagógico. Foram consultadas dissertações e teses com investigações sobre pesquisas relacionadas a projetos e parcerias em práticas de educação social.

Os dados quantitativos foram obtidos junto à Secretaria Escolar, Instituto de Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (INEP) sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); do Programa Salvador Avalia (PROSA), Observatório de Salvador e do Censo 2022 permitindo uma análise criteriosa sobre os indicadores educacionais e caracterização socioeconômica e cultural da escola.

Nos procedimentos de análise, foi utilizada a triangulação de dados, que conforme Denzin (2006) articula documentos oficiais; dados empíricos e produções acadêmicas, permitindo uma análise crítica e fundamentada, de forma a ampliar a compreensão sobre



o PPP como prática político-pedagógica em permanente construção, alinhada aos princípios de uma educação democrática e emancipatória.

OS SUJEITOS PARTICIPANTES, AS ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E COLETA DE DADOS

O movimento teve início em julho de 2024, com a adesão da escola a ação de adequação dos PPP da rede municipal de Salvador. Para tanto, foi constituído um Comitê Escolar com integrantes da equipe gestora, coordenação pedagógica, corpo docente, servidores técnico-administrativos e representante do Conselho Escolar.

Em agosto de 2024, houve a participação de representantes escolares em encontros promovidos pela Gerência Regional de Educação (GRE), onde foram compartilhadas experiências sobre a revisão do PPP de outras escolas da rede. Em atendimento às exigências do Comitê Regional, foi elaborado um texto-síntese para validação do processo de adequação do PPP. No Plano de Ação, foram apresentados os objetivos, as metas, as atividades, os responsáveis e prazos alinhados aos itens da estrutura do PPP, sendo distribuídos para a sistematização de dados e contribuições, entre os meses de agosto a dezembro, com vistas a escrita colaborativa, entrega da versão preliminar e socialização com os segmentos escolares.

Para garantir o envolvimento da comunidade escolar, o Comitê Escolar implementou estratégias de mobilização e coleta de dados. Foram elaborados questionários *on-line* e impressos e cartazes para divulgação, direcionados aos segmentos escolares. O processo foi amplamente divulgado, por meio de informes, utilizando os canais de comunicação disponíveis, a exemplo dos grupos de *WhatsApp*. Os dados coletados foram sistematizados e apresentados por segmentos, conforme sinopse a seguir

Estudantes: Com o diálogo e interações estabelecidas, foram realizados esclarecimentos acerca do PPP, identificando-se curiosidade e interesses dos(as) estudantes sobre a importância do conhecimento do PPP da escola. De um total de 589 estudantes matriculados, **212** responderam ao questionário, correspondendo a 36% de respondentes. 52,4% eram do sexo feminino e 47,6% do masculino. A faixa etária predominante foi de 14 anos (29,2%), seguida por 13 anos (18,9%).

Sobre as atividades extraescolares, 60,4% informaram não realizar estudos no contra turno, indicando a necessidade de acompanhamento sobre a utilização deste tempo. A maioria das respostas foram oriundas de estudantes do 9º ano (31,1%), o que indica



maior conhecimento da escola. 59% frequentavam o turno matutino. Identificou-se, ainda, que no ambiente familiar, 40,6% moravam com a mãe, e 35,8% com o pai e a mãe.

O acompanhamento das atividades escolares era feito principalmente pela mãe (46,7%), mas 30,7% não tinham acompanhamento, considerado um percentual preocupante. Sobre o acesso à internet, 60,4% respondeu que consegue conexão por wi-fi e dados móveis. Sobre a percepção do ensino: 79,3% dos estudantes consideraram o ensino "bom" ou "ótimo".

Embora 95,3% participassem das atividades escolares, 62,7% não conheciam o PPP da escola. Isso sublinhou a necessidade de iniciativas para socialização do documento com explicação sobre os itens da sua estrutura. A escola precisava melhorar o envolvimento dos estudantes em liderança (31,9% "sempre" envolvidos) e atividades extraclasse (41% "sempre" incentivados).

Os estudantes apresentaram como sugestões para melhoria da escola: acesso à internet, prevenção de *bullying*, instalação de câmeras de segurança, climatização das salas, mais eventos estudantis, respeito aos professores, ampliação do tempo de intervalo, melhoria da merenda e reforço escolar.

Mães/Pais/Responsáveis: Os questionários para este segmento foram também disponibilizados em formato impresso, com a orientação para que dialogassem com seus(as) filhos(as). 123 responderam ao questionário, correspondendo a 21%. Em reunião de 18 de setembro de 2024, os dados foram socializados e discutido a importância da participação dos(as) responsáveis. 87,7% eram do sexo feminino. A faixa etária predominante era de 34 a 41 anos (42,1%). A maioria (83,6%) se identificou como mãe.

Quanto à situação socioeconômica, a maior parte das famílias contava com a mãe como única fonte de renda (44,3%). 43,4% tinham renda familiar de um salário mínimo. O nível de escolaridade predominante dos responsáveis era o ensino médio completo (43,4%). Sobre a relação com a Escola: 61,5% matricularam os(as) filhos(as) pela proximidade de casa. A percepção do ensino foi positiva, com 43,4% considerando-o "ótimo" e 39,3% "bom".

Sobre o PPP e participação: embora 95,1% acreditassem que a aprendizagem depende da integração família-escola, 54,9% dos(as) responsáveis não conheciam o PPP. A participação dos responsáveis em reuniões convocadas foi alta (57,4% "sempre" participavam), mas a iniciativa própria para procurar a escola foi menor (37,7%



"sempre"). A participação nas decisões pedagógico-administrativas foi baixa, com 68% indicando "algumas vezes", "não sei" ou "nunca". Esses dados foram inseridos em planos de ação para a implementação do novo PPP.

Equipe Docente, Coordenação Pedagógica e Servidores Técnico-Administrativos: As ações de socialização incluíram as proposições do Plano de Ação para adequação do PPP. 23 professores e 4 servidores responderam aos questionários. Sobre o perfil docente 65,2% eram do sexo feminino. 47,8% tinham mais de 50 anos. A maioria (69,6%) possuía especialização. 78,3% eram docentes efetivos e conheciam o PPP, mas o documento ressalta a necessidade de desenvolver ações para que os 21,7% restantes que não conheciam o documento. A participação na construção foi expressiva (52,2% "sempre", 30,4% "frequentemente"), mas ainda havia 17,6% que não sabiam detalhes sobre o desenvolvimento do processo de adequação do PPP.

Sobre a formação para a implementação do PPP (80,6% "sempre" ou "frequentemente"), mas com margem de 19,4% para melhoria. A participação em órgãos colegiados foi alta (95,7% "sempre" ou "frequentemente"). Embora a maioria tivesse liberdade para sugerir aplicação de recursos (87% "sempre" ou "frequentemente"), 26,1% participavam "algumas vezes" das decisões pedagógicas e administrativas.

Quanto ao trabalho colaborativo: 87% consideraram que a equipe gestora criava oportunidades para troca de ideias e trabalho colaborativo. No entanto, a efetivação da participação da comunidade na construção (73,9% "frequentemente" ou "sempre") e implementação (69,6% "frequentemente" ou "sempre") do PPP pela equipe gestora ainda precisava ser ampliada.

Foram apresentadas sugestões pelos(as) docentes para ações formativas em temas como gênero e antirracismo, encontros coletivos para tomada de decisões, combate à indisciplina, atividades extraclasse, climatização das salas e ampliação da estrutura física.

DEFINIÇÃO DA LINHA PEDAGÓGICA

Um marco importante na elaboração do PPP foi a discussão, organizada pela Coordenação Pedagógica, sobre as diferentes tendências pedagógicas existentes na história da educação brasileira. Os docentes analisaram abordagens como a Liberal Tradicional, Liberal Renovadora Progressiva, Liberal Renovadora Não-Diretiva, Liberal Tecnista, Progressista Libertadora, Progressista Libertária e Progressista Crítico-Social dos Conteúdos (Histórico-Crítica).



A partir dessa reflexão, a tendência pedagógica progressista crítico-social dos conteúdos (histórico-crítica) foi a que mais se destacou e escolhida pela maioria do corpo docente como a mais alinhada com a realidade e as práticas da escola.

Essa escolha se deu por seus fundamentos teóricos e metodológicos mais consistentes e sua capacidade de dialogar com a aplicabilidade do currículo, considerando: o papel da Escola; objetos de conhecimento; o método como parte da relação direta entre a experiência e o saber sistematizado; relação Professor-Estudante; aprendizagem baseada em estruturas cognitivas prévias, ampliada pela reflexão crítica e problematização. Autores de Referência: Anton Makarenko, Bernard Charlot, Suchodosky, Luigi Manacorda, Georges Snyders, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Carlos Roberto Jamil Cury e Guiomar Namó de Mello.

Apesar da predominância da tendência histórico-crítica, a discussão revelou que elementos de outras tendências também contribuem para o trabalho pedagógico da escola. Por exemplo, aspectos da pedagogia libertadora de Paulo Freire, como a valorização do diálogo e dos temas geradores, foram reconhecidos por sua relevância.

ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PPP

Em observância ao ordenamento legal vigente, redefiniu-se a concepção de educação, as funções social e formativa da escola, e os procedimentos didático-pedagógicos. A versão preliminar do PPP, foi apresentada na Jornada Pedagógica de 2025, permitindo a realização de discussões sobre indicadores educacionais de 2024, avaliação da aprendizagem e resultados de avaliações externas.

Em 18 de março de 2025, a versão revisada foi apresentada aos responsáveis, destacando a organização do trabalho pedagógico, tempos e espaços escolares, sistemática de avaliação e aspectos de disciplina e cultura de paz. Posteriormente, a versão final foi apresentada, consolidando as discussões e contribuições.

Coerente com as expectativas dos vários segmentos que integram a comunidade escolar e buscando o favorecimento de uma prática profissional efetiva, destaca-se a seguir, aspectos relevantes constitutivos da estrutura do PPP, que subsidiaram, numa perspectiva colaborativa, a sistematização do documento.

Instituição de Ensino: Detalhes sobre a identificação da Escola e etapas de ensino. Abordagem sobre a origem da escola, sua evolução, estrutura física, recursos humanos e materiais, e os desafios enfrentados ao longo dos anos, como problemas



financeiros e a pandemia de COVID-19.

Diagnóstico da realidade: Caracterização social, econômica, étnica e culturalmente a comunidade escolar, com base em dados demográficos do subdistrito, localizado no subdistrito circunscrito à região administrativa de Itapuã, na capital baiana, onde a escola encontra-se inserida. A análise dos dados populacionais (IBGE 2010 e 2022), rendimento e infraestrutura dos domicílios, e a predominância da população parda e preta foram fundamentais para as proposições pedagógicas. Foram destacados os dados e resultados dos indicadores educacionais (matrícula 2024/2025, aprovação, reprovação, IDEB, PROSA, SAEB), explicitando os desafios na melhoria da proficiência e na participação em avaliações externas.

O Papel Social da Escola: a função social, contextualizando-a com as relações étnico-raciais, os princípios de inclusão e diversidade, e os direitos humanos. A auto declaração de raça dos estudantes (mais de 90% pardos/pretos) reafirmou a necessidade de abordagem acerca da educação antirracista e inclusiva.

Missão, Valores e Visão de Futuro: destaque para a formação de cidadãos críticos. Os valores (dignidade humana, diálogo, respeito às diferenças, solidariedade, resiliência, ética com a natureza, inclusão e equidade) e a visão de futuro (ser uma escola de referência em qualidade e acesso) foram definidos com base nas discussões coletivas.

Princípios Filosóficos: Discussão sobre os princípios que orientam a prática educativa, como igualdade de condições, liberdade de aprender, pluralismo de ideias, respeito à liberdade e tolerância, valorização do profissional da educação e gestão democrática, todos alinhados com a LDB e a Constituição Federal.

Objetivos e Expectativas de Ensino e Aprendizagem: Definição dos resultados de aprendizagem esperados, incluindo o domínio de conteúdos acadêmicos e o desenvolvimento de competências socioemocionais, alinhados à BNCC e aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UNESCO. São propostas ações concretas para alcançar metas, como a análise de indicadores educacionais, elevação dos índices de aprovação e proficiência, bem como as necessárias intervenções pedagógicas.

Fundamentos Teórico-Metodológicos e Legais: Apresenta a concepção de currículo (integral e articulado), avaliação (diagnóstica, formativa e somativa), ensino, aprendizagem (construtivista, sociocultural, significativa), educação integral e inclusiva, com base em autores como Dewey, Freire, Vygotsky, Ausubel, Gardner e Saviani.



Organização Curricular: Observância ao Referencial Curricular da Rede e à BNCC, apresentando as modalidades de ensino ofertadas (Ensino Fundamental II, Regularização do Fluxo Escolar – PRFE, e Educação de Jovens e Adultos – EJA) e destacando os temas transversais (PCN 1997 e TCT da BNCC). A escola também detalha programas e projetos específicos incorporados à prática pedagógica, com ênfase na experimentação de ações interdisciplinares por áreas do conhecimento.

Organização do Trabalho Pedagógico: destaques para a descrição da organização curricular, a organização dos tempos e espaços escolares, a relação escola-comunidade, as metodologias de ensino adotadas, a atuação dos profissionais de apoio escolar, o calendário escolar, a coordenação pedagógica, a formação continuada, a permanência e aprendizagem dos estudantes, a recomposição das aprendizagens, a regularização do fluxo escolar, a disciplina e cultura de paz, e a tecnologia educacional. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) são detalhadamente apresentados como parte do compromisso inclusivo.

Gestão Democrática: reafirmação do princípio da gestão escolar democrática, enfatizando o fortalecimento do Conselho Escola e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Avaliação dos Processos Ensino e Aprendizagem: abordagem das concepções e práticas de avaliação na escola (diagnóstica, formativa, somativa), as avaliações em larga escala e o Conselho de Classe como espaço de reflexão e intervenção. A avaliação institucional é apresentada como um processo sistemático e participativo para diagnóstico e aprimoramento contínuo.

Plano de Ação para Implementação do PPP: O documento culmina em um Plano de Ação detalhado para a implementação do PPP, estruturado em dimensões de gestão (Participativa, Pedagógica, de Resultados Educacionais, de Pessoas, Financeira e Administrativa). Planos específicos de ação são apresentados para a gestão escolar, coordenação pedagógica, conselho escolar, profissionais de apoio escolar, AEE, Sala de Recursos Multifuncionais, monitoramento da frequência e recuperação de aprendizagens.

Acompanhamento e Avaliação do PPP: O processo de elaboração do PPP não se encerra com sua conclusão, mas prevê um contínuo acompanhamento e avaliação. A avaliação coletiva anual é considerada fundamental para garantir que o projeto seja dinâmico, participativo e ajustado às necessidades da comunidade escolar, promovendo



a melhoria contínua e a coerência com a realidade. Procedimentos como reuniões, grupos de trabalho, questionários e oficinas participativas, com registros em atas e relatórios, são os instrumentos para essa avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma reflexão acerca da experiência de adequação do PPP de uma escola da rede pública municipal de Salvador, na perspectiva da oferta de uma educação de qualidade socialmente referenciada e inclusiva, representando um esforço desafiador e colaborativo, a partir da realidade escolar e comunitária.

Os resultados principais do trabalho demonstraram que o PPP, passou por um processo de avaliação das práticas pedagógicas e do currículo em observância aos dispositivos legais vigentes. Um achado relevante foi o desconhecimento do PPP por parte de 62,7% dos estudantes e 54,9% dos pais, evidenciando a necessidade de iniciativas de socialização com adoção de estratégias de comunicação específicas para cada segmento da comunidade escolar, possibilitando a ampliação da compreensão sobre o documento.

A definição da linha pedagógica foi um marco crucial, com a pedagogia progressista crítico-social dos conteúdos (histórico-crítica) sendo a mais alinhada à realidade e às práticas da escola. O novo PPP foi estruturado, a partir da identificação e histórico da escola, caracterização da realidade socioeconômica, étnica e cultural da comunidade, com foco na educação antirracista e inclusiva), princípios filosóficos, objetivos de ensino-aprendizagem fundamentos teórico-metodológicos organização curricular estrutura e organização do trabalho pedagógico; Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), com reafirmação da gestão democrática e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

O documento culminou em um Plano de Ação para implementação, acompanhamento e avaliação contínuos para garantir sua dinamicidade e ajuste às necessidades da comunidade. As implicações do estudo reforçam o entendimento que a adequação do PPP, demonstrou ser um processo vital para inovações e novas intervenções na práxis educativa, reorganizando os processos escolares nas dimensões pedagógico-administrativa. A articulação de documentos oficiais, dados empíricos e produções acadêmicas solidifica o PPP como uma prática político-pedagógica em permanente construção, alinhada aos princípios de uma educação democrática e emancipatória.



Este trabalho, portanto, destaca a contribuição do PPP como instrumento de gestão democrática e organização do trabalho pedagógico, consolidando o compromisso da escola com uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, pautada na inclusão, na diversidade e na formação integral de cidadãos conscientes e engajados.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996
- _____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- _____. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais /* Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos*. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.
- Denzin, Norman. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. New Jersey: Transaction, 2006.
- Dewey, John. *Democracia e Educação. Introdução à Filosofia da Educação*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 42a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Flick, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- Gardner, H. *Inteligências Múltiplas: a Teoria na Prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- Guedes, et. al. *Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos*



humanos: um ensaio teórico. Disponível em:

<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3332>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Minayo, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

O que é o Ideb e para que ele serve? Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-e-o-ideb-e-para-que-ele-serve/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PROSA - Programa Avalia Salvador. Disponível em:

<https://avaliacaoemonitoramentosalvador.caeddigital.net/#!/sistema>. Acesso em: 03 mar. 2025.

Referencial Curricular Municipal para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Nossa

Rede Projeto Pedagógico de Salvador. Disponível em:

<http://educacao3.salvador.ba.gov.br/pdfs-nossa-rede/documentos-municipais/ensino-fundamental/referencial-curricular-municipal-para-os-anos-finais-FINAL.pdf>. Acesso em 24 set. 2024.

_____. Resolução CME Nº 34, de 06 de dezembro de 2022. *Estabelece diretrizes para elaboração ou adequação do Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos que integram o Sistema Municipal de Ensino de Salvador*. Conselho Municipal de Educação. Salvador, 2022.

Saviani D. *História do tempo e o tempo da história: estudos de historiografia e história da educação*. Campinas: Autores Associados; 2015.

_____. *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Objetivos de aprendizagem. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação da UNESCO no Brasil. © UNESCO 2017. ISBN: 978-85-7652-218-8

Veiga, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: Veiga, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

Veja mais sobre "Pandemia de covid-19" em:

<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm> Acesso em: 04 mar. 2025

